

GTA | Guião de Trabalho Autónomo n.º 13

HISTÓRIA A 12.º ANO

Tema 1: Crises, Embates Ideológicos e Mutações Culturais na
Primeira Metade do Século XX
Subtema 4: Portugal e o Estado Novo



PORQUÊ APRENDER SOBRE...?



O QUE VOU APRENDER?



COMO VOU APRENDER?



O QUE APRENDI?



COMO POSSO COMPLEMENTAR A
APRENDIZAGEM?



PORQUÊ APRENDER SOBRE...?

A Primeira República teve uma existência atribulada e terminou com o golpe de 28 de Maio de 1926. É então instaurada uma Ditadura Militar que culminará com a instauração do Estado Novo. Este regime consolidar-se-á nos anos 30.



O QUE VOU APRENDER?

- Explicar o triunfo das forças conservadoras e a aproximação do regime português ao modelo fascista italiano;
- Compreender que as políticas económicas obedeceram a imperativos ideológico-políticos como a estabilidade financeira, a defesa da ruralidade, as obras públicas, o condicionamento industrial, a corporativização dos sindicatos;
- Caracterizar a política cultural do regime;
- Reconhecer que o Estado Novo foi um regime autoritário que adotou mecanismos repressivos das liberdades individuais e coletivas;
- Identificar/aplicar os conceitos: corporativismo; autoritarismo.



COMO VOU APRENDER?

GTA 13: Como chegou Salazar à chefia do governo?

GTA 14: Quais foram os pilares e os principais organismos do Estado Novo? (1.^a parte)

GTA 15: Quais foram os pilares e os principais organismos do Estado Novo? (2.^a parte)

GTA 16: A política económica e financeira submetida aos imperativos ideológicos e políticos.

GTA 17: Em que consistiu o projeto cultural do Estado Novo?

Tema 1: Crises, Embates Ideológicos e Mutações Culturais na Primeira Metade do Século XX

Subtema 4: Portugal e o Estado Novo



GTA 13: Como chegou Salazar à chefia do governo?

Objetivos:

- Explicar o triunfo das forças conservadoras e a aproximação do regime português ao modelo fascista italiano.
- Conhecer a Constituição de 1933.

Modalidade de trabalho: individual e/ou em grupo.

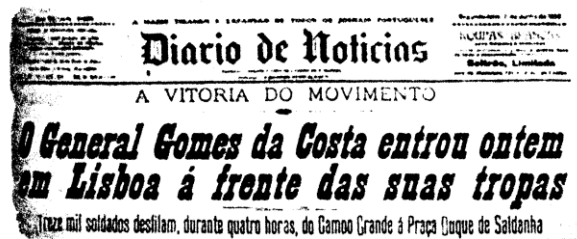
Recursos e materiais: caderno diário, manual escolar e equipamento de acesso à internet.

TAREFA 1

Recorda o que estudaste acerca do fim da Primeira República.



O Zé Povinho assiste à "intervenção cirúrgica" em que se extraem do corpo da República as figuras de alguns dos republicanos mais destacados.



<https://www.escola.ulisses.us/6ano-3.html>

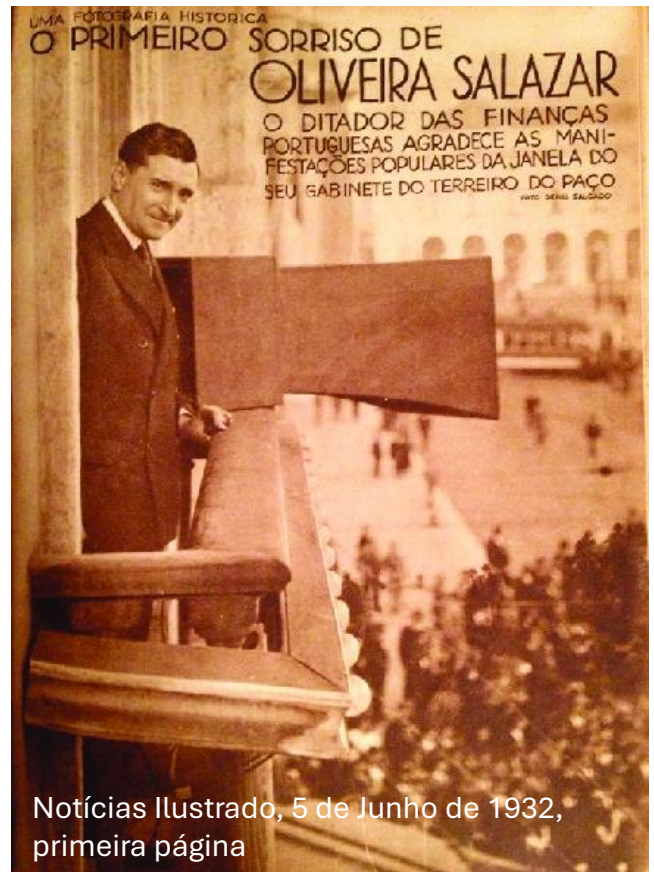
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/semprefixe/1926/Julho/N09/N09_item1/P1.html

1. **Identifica** as quatro principais figuras da imagem.
2. **Explica** o significado do papel que cada uma representa nesta caricatura.
3. **Nomeia** o regime político instaurado após o golpe de 28 de Maio de 1926.



TAREFA 2

1. **Atenta** na capa do Notícias Ilustrado e na pequena resenha sobre António de Oliveira Salazar.



Notícias Ilustrado, 5 de Junho de 1932, primeira página

https://www.researchgate.net/figure/Figura-12-A-pose-de-Salazar-para-o-retrato-como-ministro-das-Financas-A-janela-do-seu_fig4_369384547

António de Oliveira Salazar nasceu no Vimieiro-Santa Comba Dão, a 28 de abril de 1889. Frequentou o seminário e a Universidade de Coimbra. Concluiu o curso de Direito e foi professor na Universidade de Coimbra. Foi eleito deputado, em 1921, pelo círculo de Guimarães, renunciando quase de imediato face à anarquia republicana que reinava no Parlamento.

Logo após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, que põe fim ao sistema parlamentar, Salazar foi chamado por Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa para ocupar a pasta das Finanças, que assumiu de 3 a 19 de junho de 1926, Abandonou a pasta por não lhe terem sido dadas as condições que considerava necessárias, mas colaborou com o ministro das Finanças da Ditadura, Sinel de Cordes.

Em 1928, o presidente Óscar Carmona convida Salazar para a pasta das Finanças no governo da ditadura militar que procurava ainda afirmar-se e colocar ordem nas contas públicas do país. O sucesso obtido por Salazar no saneamento das contas públicas vai granjear-lhe um enorme reconhecimento, reconhecimento esse que foi ampliado pela propaganda.

Obcecado com a estabilidade política, o equilíbrio das contas públicas e a ordem social, Salazar funda o Estado Novo em 1933 (publicação de uma nova Constituição), um regime autoritário, de "partido único" (a União Nacional) e de cariz tradicionalista e corporativo, vincando "não discutimos Deus, não discutimos a pátria, não discutimos a família".



2. Observa o cartaz da série “A Lição de Salazar”. Esta série de cartazes, editada em 1938 pelo Secretariado de Propaganda Nacional, para assinalar os 10 anos da chegada de Salazar ao governo, foi distribuída pelas escolas primárias do país. Todos os cartazes evidenciavam a ação de Salazar e destinavam-se a doutrinar as crianças.



"Graças à restauração financeira, iniciada em 1928, os títulos do estado e a moeda portuguesa fortes pela modelar administração e pelas reservas de ouro, são hoje dos mais acreditados no mundo“

<https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/a-propaganda-que-marcou-a-ditadura>

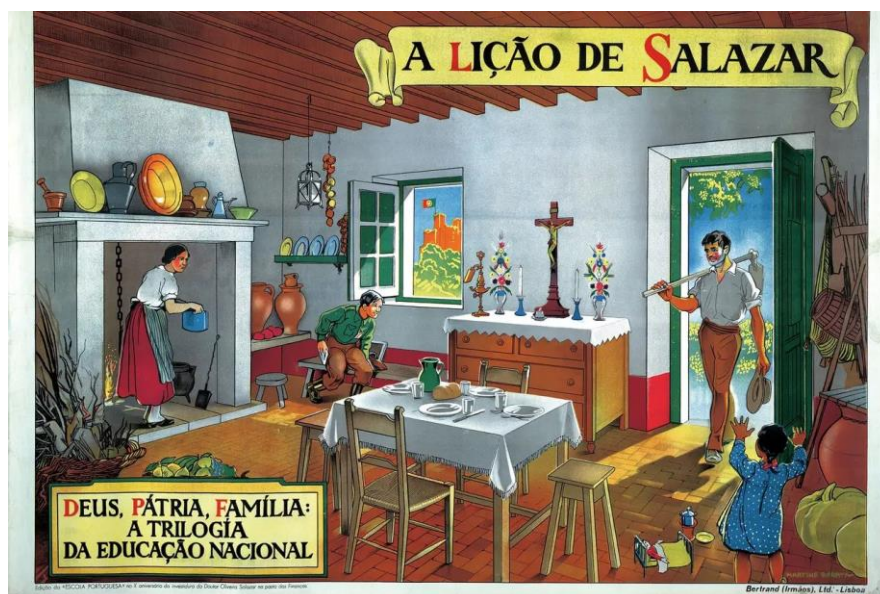
3. Analisa e comenta a imagem tendo em consideração os problemas que caracterizaram a Primeira Republica e a atuação de Salazar enquanto Ministro das Finanças.

TAREFA 3

Observa cartaz que se segue (série “A Lição de Salazar”).

Analisa-o. Produz um texto que resuma o ideário do Estado Novo.

Atenta nos pormenores que são evidentes e naqueles que, estando ausentes, são também indicadores desse ideário.



<https://www.antenalivre.pt/noticias/o-25-de-Abril-e-o-ensino-e-a-educacao-em-portugal>

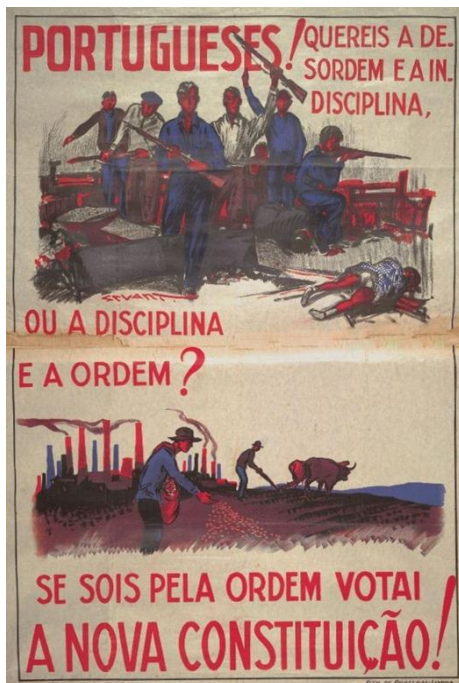


TAREFA 4

Salazar torna-se Ministro das Finanças em 1928 e, em 1932, Presidente do Conselho. Este cargo era equivalente ao atual cargo de Primeiro Ministro.

Oliveira Salazar e um grupo de académicos redigiram um projeto constitucional. A Constituição de 1933 foi promulgada por um Conselho Político Nacional, a 22 de fevereiro de 1933, e plebiscitada a 19 de março de 1933. A Constituição de 1933 institucionalizará o Estado Novo, herdeiro da Revolução Nacional, designação pela qual passa a ser chamado o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926.

Os documentos que seguem foram produzidos no contexto do plebiscito nacional para aprovação da Constituição.



Esta notícia, do Diário de Lisboa (22/02/1933), informava que as abstenções no plebiscito seriam contabilizadas como votos a favor.

<https://restosdecoleccion.blogspot.com/2010/06/constituicao-portuguesa-de-1933.html>



1. **Procura** (no teu manual, no dicionário) o significado de “plebiscito” e quais os efeitos deste instrumento de consulta popular.
2. **Comenta** a frase que se segue sobre a Constituição de 1933:
“Até então a ditadura era uma situação e não um regime” – Marcello Caetano.

TAREFA 5

Lê os documentos 1 e 2 .

Documento 1

O plebiscito constitucional, no contexto da implantação do Estado Novo – posição do manifesto Cidadão! (1933)

Impõe-se a todos os portugueses o dever de se pronunciarem sobre este dilema: ou se continua no caminho traçado pela ação de Oliveira Salazar ou se deixa aberta a porta por onde a Nação regressaria a um passado de balbúrdia sanguinolenta, de miséria económica, de desprestígio internacional.

Cidadão, a ideia e o amor da Pátria e da unidade nacional, abraçando o culto da soberania nacional exercida por um Estado forte que te proteja, impõem-te o dever de votar a nova Constituição. [...]

O Estado e o governo não serão mais, como foram até 1926, instrumentos da política partidária; perante o Estado, os cidadãos portugueses não serão mais considerados diferentemente conforme pertençam à seita que apoia ou hostiliza o governo. Não! Serão considerados como chefes de família e como produtores, igualmente respeitáveis nos seus direitos e igualmente obrigados a contribuir para a conservação e o progresso do património nacional. [...]

E como a estabilidade dos governos não ficará à mercê de uma manobra parlamentar, [...] a atividade parlamentar cingir-se-á ao estudo dos problemas nacionais [...].

Para que o governo seja o árbitro, e não o escravo, [...] só será responsável perante o chefe de Estado, legítimo e direto representante do Povo, pois é eleito por ele em sufrágio direto e universal.

A nova Constituição, restituindo à função governativa a sua independência [...], consagra e mantém os métodos de administração que durante o regime ditatorial tornaram possível a obra indiscutível que restituiu a todos os portugueses o orgulho de o serem.

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04701.012.002> (consultado em 15/12/2016) (adaptado)

Documento 2

O plebiscito constitucional, no contexto da implantação do Estado Novo – posição de Bernardino Machado* (1933)

O direito de votar é o direito de votar conscientemente. Por isso, a liberdade de sufrágio envolve a liberdade de discussão, de propaganda. O veredito geral do eleitorado deve traduzir a vontade da opinião pública. Mas a ditadura convocou um plebiscito para a votação de uma nova Constituição, tendo retirado aos eleitores o direito de discutirem e a liberdade de voto. A nova Constituição é um dogma. [...] Todos têm de aprovar, inclusivamente os que não votarem. E esses serão quase todos [...]. Far-se-á o plebiscito das abstenções. [...]



Quem, pois, dignamente, sem a consciência formada, esclarecida, participará no plebiscito? E para quê? [...] Ninguém terá a garantia de fiscalizar o processo eleitoral. O medo da discussão anunciava a fraude eleitoral. [...] Que há de ser senão a Constituição da autoridade sem a liberdade? E o ministro do Interior acaba de o frisar, declarando que se trata de passar da ditadura de facto para a ditadura de direito.

Visa-se perpetuar com o simulacro de plebiscito o arbítrio ditatorial. Todos os artigos do projeto se resumem efetivamente a dois: suprimir toda a liberdade, e portanto a soberania nacional, e elevar à prepotência governativa um chefe de Estado. É o regresso ao passado absolutista e ao pior dos absolutismos. [...]

Desde a hora em que usurpou o poder, não há perseguição que a ditadura não tenha movido contra os democratas. [...] Eis o monstruoso cadastro com que a ditadura tem a arrogância de apresentar-se ao plebiscito: violência política, ruína económica e fanatismo religioso.

http://manuel-bernardinomachado.blogspot.pt/2013_12_01_archive.html
(consultado em 20/12/2016) (adaptado)

* Presidente da República em dois mandatos, destituído em ambos por golpes de Estado (1917 e 1926).

1. Na ótica dos autores do documento 1, o «passado de balbúrdia sanguinolenta, de miséria económica, de desprestígio internacional» (primeiro parágrafo) refere-se ao período...

- (A) da Monarquia Absoluta.
- (B) da Primeira República.
- (C) do Estado Novo.
- (D) da Ditadura Militar.

2. O Estado Novo referido nos documentos 1 e 2 defendia um...

- (A) liberal e anticomunista.
- (B) autárcico e protecionista.
- (C) imperialista e socialista.
- (D) parlamentar e corporativo.

3. Refere, a partir do documento 2, duas medidas que evidenciavam o carácter repressivo do regime salazarista.

4. Compara as duas perspetivas político-ideológicas no âmbito do plebiscito da Constituição de 1933, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três aspetos em que se opõem.



TAREFA 6

Autoavalia a tua aprendizagem respondendo ao item seguinte.

Completa o texto seguinte, selecionando a opção adequada para cada espaço.

Após o derrube da Primeira República através de um golpe de Estado, António de Oliveira Salazar emerge da Ditadura Militar, então instituída, com duas prioridades fundamentais, a eliminação do **a)** e a afirmação de um poder **b)** forte. Com a subsequente aprovação de uma nova **c)**, assiste-se à institucionalização do Estado Novo, duradouramente mantido através de um aparelho **d)** muito eficaz.

a)	b)	c)	d)
1. protecionismo	1. executivo	1. lei eleitoral	1. partidário
2. défice	2. presidencial	2. lei sindical	2. repressivo
3. desemprego	3. legislativo	3. lei fundamental	3. burocrático



TAREFA 1

1. A) Zé Povinho
- B) General Gomes da Costa
- C) República
- D) Monarquia

2. Zé Povinho - personagem satírica de crítica social, criada por Rafael Bordalo Pinheiro (1875), identificada como povo português.

Com trajes que revelam a sua pobreza, critica de forma humorística os problemas sociais, económicos e políticos do país. Aqui, com o rosto incrédulo, não mostra acreditar na eficácia da "operação" daí que afirme com desconfiança "sempre quero ver (...) duvidando da operação efetuada por Gomes da Costa.

Gomes da Costa – liderou o golpe de 28 de Maio de 1926, a partir de Braga, movimento que instaurou a ditadura militar e pôs fim à 1.ª República.

É uma figura que surge de forma determinada a extirpar os "tumores". Apresenta-se confiante e com ar determinado, empunhando a espada para "limpar" a República dos males que a afligem.

República – Figura de mulher, doente e sem forças, cheia de "tumores" - os políticos, que não sabem governar Portugal contribuindo para o enfraquecimento do regime, abalado pela instabilidade governativa e escândalos sucessivos.

Monarquia - figura representativa do regime anterior, que se esconde atrás da cortina, atenta ao que se passa, observando a tentativa de manter viva e saudável a República; expectante face a uma possível reviravolta política, que traga de volta o antigo regime político.

3. O regime político instaurado após o golpe de 28 de Maio de 1926 foi a Ditadura Militar

TAREFA 2

1. Cenário de resposta

O cartaz de propaganda representa a desorganização económica da Primeira República através da impressora de notas que as produz de forma descontrolada, contribuindo para a desvalorização do escudo, para a inflação acentuada e para o descrédito do país.

Ao caos financeiro da Primeira República opõe-se à restauração financeira alcançada por Salazar (barras de ouro, notas e moedas devidamente organizadas no Banco de Portugal).

A estabilização financeira foi a prioridade de Salazar. Enquanto Ministro das Finanças da Ditadura Militar equilibrou a situação financeira, estabilizando o escudo e equilibrando o orçamento. Apesar de a propaganda apresentar estes resultados como um "milagre", Salazar impôs medidas de grande austeridade. Diminuiu e controlou os gastos dos ministérios, criou novos impostos, aumentou taxas alfandegárias, considerou os empréstimos como receitas extraordinárias.



TAREFA 3

Cenário de resposta

A imagem apresenta uma família portuguesa "ideal". Pais trabalhadores e humildes que cumprem os papéis expectáveis e os seus filhos. O pai, trabalhador rural, a mãe, dona de casa exemplar. Uma família feliz e devota sem ambições desmedidas.

O pai representa a autoridade e, ao chegar a casa, depois de um dia de trabalho no campo (o ideal da ruralidade), é recebido pelo filho (com o uniforme da Mocidade Portuguesa), pela filha (que brinca com louças e bonecas, como que preparando-se para a sua vida adulta) e pela mãe/ mulher que além de cozinhar, manteve a casa organizada. Pela janela, é visível a bandeira num castelo (remete para o patriotismo).

Não há qualquer referência à modernidade (luz elétrica, rádio, eletrodomésticos...). Não há jornais. Estas "ausências" são especialmente significativas, uma vez que o cartaz foi produzido em 1938.

Este cartaz destinava-se às salas de aula das Escolas Primárias, numa clara mensagem sobre quais deviam ser as aspirações e vida ideal dos "portugueses de boa vontade".

TAREFA 4

1. Plebiscito:

- lei decretada pelo povo romano, quando reunido em comício;
- votação por todo o eleitorado de um país para traduzir a resposta a perguntas formuladas pelos governantes.

Porto Editora – no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2025-03-05 01:42:19]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/plebiscito>

- Uma nova Constituição devia ser elaborada e aprovada por uma Assembleia Constituinte. No entanto, o regime saído da revolução de 1926 não tomou as medidas para eleger uma Assembleia Constituinte. Como tal, foi o governo que, em 1932, elaborou um projeto constitucional e o apresentou, em 1933, a "plebiscito nacional" (sendo o sufrágio obrigatório e contando-se as abstenções como votos a favor). O facto de as liberdades estarem suspensas desde 1926 (além da "artimanha" de contabilizar como votos a favor as abstenções), afetou, obviamente, a legitimidade do processo.

2. A frase de Marcello Caetano assinala a importância da aprovação da lei fundamental para institucionalizar o regime ditatorial. Este existia, de facto, desde 1926, mas, a partir de 1933, assenta numa Constituição que formaliza as suas bases, direitos e garantias dos cidadãos e órgãos de soberania.

TAREFA 5

1. (B)

2. (B)



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

3. Tópicos de resposta:

- supressão das liberdades individuais: «suprimir toda a liberdade» OU passagem «da ditadura de facto para a ditadura de direito» OU afirmação da «Constituição da autoridade sem a liberdade» (doc. 2);
- perseguição (OU prisão OU deportação) de opositores: «não há perseguição que a ditadura não tenha movido contra os democratas» (doc. 2);
- criação do campo de concentração do Tarrafal;
- criação de uma polícia política (OU da PVDE OU da PIDE), que exercia «violência política» sobre os opositores (doc. 2);
- imposição da censura prévia OU controlo da imprensa (OU da rádio OU do teatro OU do cinema);
- proibição dos partidos políticos (OU formação da União Nacional como partido único do regime);
- criação da Legião Portuguesa enquanto milícia do regime (OU para imposição da nova ordem política);
- dissolução dos sindicatos livres OU proibição do exercício do direito à greve (OU da realização de manifestações de oposição ao regime);
- manipulação dos atos eleitorais (OU ausência de eleições verdadeiramente livres): «O medo da discussão anunciava a fraude eleitoral» (doc. 2).

4. Tópicos de resposta:

- [Condições de realização do plebiscito] - enquanto no documento 1 – perspectiva do manifesto Cidadão! – se considera que a realização do plebiscito oferece as condições para que os portugueses expressem a sua opinião e se pronunciem sobre o rumo político a seguir («todos os portugueses [têm] o dever de se pronunciarem sobre este dilema: ou se continua no caminho traçado pela ação de Oliveira Salazar ou se deixa aberta a porta por onde a Nação regressaria [ao passado]»); no documento 2 – perspectiva de Bernardino Machado – considera-se que as condições de realização do plebiscito não permitem uma livre opinião sobre a Constituição, porque «Ninguém terá a garantia de fiscalizar o processo eleitoral» (OU «Visa-se perpetuar com o simulacro de plebiscito o arbítrio ditatorial» OU «O medo da discussão anunciava a fraude eleitoral» OU «a ditadura convocou um plebiscito para a votação de uma nova Constituição, tendo retirado aos eleitores o direito de discutirem e a liberdade de voto» OU «Todos têm de a aprovar, inclusivamente os que não votarem» OU «Quem, pois, dignamente, sem a consciência formada, esclarecida, participará no plebiscito? E para quê?»);
- [Sentido de voto] - enquanto no documento 1 se manifesta concordância e se apela à votação favorável da Constituição sujeita a plebiscito («a ideia e o amor da Pátria e da unidade nacional [...] impõem-te o dever de votar a nova Constituição»); no documento 2 expressa-se uma posição contrária ao projeto da Constituição porque «O direito de votar é o direito de votar conscientemente. Por isso, a liberdade de sufrágio envolve a liberdade de discussão, de propaganda» (OU «os que não votarem [...] serão quase todos» OU «Far-se-á o plebiscito das abstenções»);



TAREFA 5 (continuação)

4. Continuação

- [Legitimidade da abstenção] - enquanto no documento 1 se identifica a participação no plebiscito como um dever, não se reconhecendo que no direito de voto também se incluiu o direito à abstenção («Impõe-se a todos os portugueses o dever de se pronunciarem sobre este dilema» OU «impõem-te o dever de votar a nova Constituição»); no documento 2 defende-se que a abstenção é uma opção legítima, pois o regime retirou «aos eleitores o direito de discutirem e a liberdade de voto»;
- [Organização dos poderes na Constituição de 1933] - enquanto no documento 1 se faz a defesa de «um Estado forte», assente na supremacia dos poderes do governo «para que seja o árbitro, e não o escravo» (OU em que «o governo [...] só será responsável perante o chefe de Estado, legítimo e direto representante do Povo, pois é eleito por ele em sufrágio direto e universal») OU se defende que «a atividade parlamentar» se deve cingir «ao estudo dos problemas nacionais», «restituindo à função governativa a sua independência»; no documento 2 critica-se o modelo político, porque se baseia na concentração de poderes no chefe de Estado e no governo (OU porque é um regresso ao absolutismo, em detrimento do parlamentarismo): «elevar à prepotência governativa um chefe de Estado» (OU «É o regresso ao passado absolutista e ao pior dos absolutismos»)
- [Exercício da soberania nacional na Constituição] - enquanto no documento 1 se promove «o culto da soberania nacional exercida por um Estado forte», que garante o «amor da Pátria e da unidade nacional»; no documento 2 considera-se que o Estado Novo tenciona «suprimir a soberania nacional», que se deveria expressar no «veredito geral do eleitorado»;
- [Direitos e deveres individuais] - enquanto no documento 1 se defende que a nova Constituição garante a supremacia do interesse nacional face aos direitos individuais e que, por isso, o cidadão tem «o dever de votar a nova Constituição» OU que o reconhecimento de direitos implica também o cumprimento de obrigações por parte dos cidadãos («os cidadãos portugueses [...] serão considerados como chefes de família e como produtores, igualmente respeitáveis nos seus direitos e igualmente obrigados a contribuir para a conservação e o progresso do património nacional»; no documento 2 defende-se a primazia dos direitos individuais (OU dos valores do liberalismo), e, por isso, advoga-se que «O direito de votar é o direito de votar conscientemente» (OU questiona-se «Quem, pois, dignamente, sem a consciência formada, esclarecida, participará no plebiscito? E para quê?» OU defende-se que «a liberdade de sufrágio envolve a liberdade de discussão, de propaganda»);
- [Posição face à ditadura] - enquanto no documento 1 se louva a ação da ditadura, com a sua «obra indiscutível que restituiu a todos os portugueses o orgulho de o serem»; no documento 2 condena-se o regime «que usurpou o poder» (OU que promove a «perseguição» OU que tem um «monstruoso cadastro [...]: violência política, ruína económica e fanatismo religioso»).



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

TAREFA 6

a) 2 b) 1 c) 3 d) 2



O QUE APRENDI?

És capaz de...

- Explicar o triunfo das forças conservadoras e a aproximação do regime português ao modelo fascista italiano?
- Reconhecer na Constituição de 1933 um documento estruturante do Estado Novo?

Conseguiste realizar as etapas propostas neste guião? Ainda tens dúvidas?

Sugestões:

Estuda com um(a) colega.

Analisa as propostas de resolução e, se necessário, **repete** as tarefas.



COMO POSSO COMPLEMENTAR A APRENDIZAGEM?

Videoaula

[Portugal: o triunfo das forças conservadoras e os valores do Estado Novo](#) | videoaula 20 |



Outros recursos:

Como era Portugal antes da Democracia?

<https://www.youtube.com/watch?v=RBBUqAdiKEs&t=3s>

